



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6036 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 16 - Relações Étnico-Raciais

O RACISMO EPISTÊMICO ENFRENTADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE ARTIGOS DO GT 21 DA ANPED (2015-2019)

José Bonifácio Alves da Silva - FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau
 Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES/PNPD

O RACISMO EPISTÊMICO ENFRENTADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE ARTIGOS DO GT 21 DA ANPED (2015-2019)

O texto mostra uma análise de artigos apresentados no Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico-Raciais (GT 21) de reuniões nacionais bianuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), ocorridas entre 2015 e 2019. Identificamos e analisamos como o racismo epistêmico (GROSFOGUEL, 2016) é recentemente enfrentado na educação brasileira, por meio de pesquisas educacionais do GT 21 da ANPEd.

No período analisado, foram apresentados 69 trabalhos no GT 21 da ANPEd. Somente 3 artigos da reunião nacional de 2019 não estão disponíveis na página da internet do evento desse ano com acesso pela página da associação. Foram selecionados 14 artigos que focalizam mais elementos relacionados ao racismo epistêmico, os quais são citados e analisados neste texto.

Conteúdos dos trabalhos selecionados foram reunidos e adaptados ao propósito da análise interpretativa. As análises se baseiam em identificações e leituras possíveis, sujeitas à diferença (HALL, 2003), à outras identificações e interpretações.

Este trabalho contextualiza o GT 21 da ANPEd como o âmbito de investigação. Em seguida, conceitua o racismo epistêmico. Posteriormente, apresenta uma compreensão do racismo epistêmico na educação brasileira pela leitura de artigos apresentados no GT 21 da ANPEd, entre 2015 e 2019.

O GT 21 foi criado devido à reivindicação de pesquisadores de um espaço para as discussões referentes às relações étnico-raciais no Brasil em pesquisas educacionais no âmbito da ANPEd, associação de pesquisadores e professores vinculados à programas de pós-graduação da área da educação existente desde 1978.

Em 2002, o GT 21 iniciou suas atividades na 25ª reunião nacional da ANPEd com o nome de Grupo de Trabalho Relações Raciais/Étnicas e Educação (SISS; OLIVEIRA, 2007).

No ano de 2003, recebeu o nome de Grupo de Estudos Afrobrasileiros e Educação. Em 2004, foi denominado novamente como grupo de trabalho. O GT recebeu o nome que tem atualmente na 32ª reunião científica nacional da ANPEd, ocorrida no ano de 2008.

Há participantes do GT 21 da ANPEd envolvidos com os movimentos sociais, as lutas pelos direitos das populações negras e indígenas, as políticas de ação afirmativa, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) e com grupos correlatos de diversas instituições. Também se envolvem com o Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEAB), a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), o Congresso de Pesquisadores Negros (COPENE) nacional e em cada uma das cinco regiões do país, os grupos de estudos da educação indígena, entre outras organizações, eventos e funções públicas de importância política e acadêmica.

A importância creditada às pesquisas que tratam das relações étnico-raciais no Brasil vincula-se à luta de movimentos indígenas e negros, reivindicando suas demandas e dando visibilidade ao racismo e aos privilégios dos brancos em diferentes espaços e manifestações. Nessas pesquisas, torna-se cada vez mais relevante fazer a crítica ao eurocentrismo e enfrentar o racismo epistêmico.

O conhecimento hegemônico ainda é o eurocêntrico ou europeizado, masculino e branco. “Desde o fim do século XVIII, apenas homens de cinco países (França, Alemanha, Inglaterra, Itália e Estados Unidos) monopolizam o cânone nas universidades ocidentalizadas” (GROSFOGUEL, 2016, p. 44). Pela concepção racista, sujeitos e grupos “imperiais” são posicionados como dotados de consciência plena, soberania sobre suas ações e propriedade das situações, concebidos como padrões intelectuais dominantes. Essa concepção é produto da desigualdade e da opressão que aniquila e/ou inferioriza diferenças étnico-raciais.

Com a crítica ao eurocentrismo, Grosfoguel (2016) discute o racismo epistêmico ligado ao sexismo epistêmico. Trata do “racismo/sexismo epistêmico” que inferioriza os conhecimentos provenientes de seres humanos classificados como não ocidentais, não masculinos e não heterossexuais. Segundo o autor, a ciência moderna foi desenvolvida com base em um universalismo racista e sexista.

Conteúdos científicos foram difundidos como neutros, imparciais, não situados e universalmente válidos, ignorando e/ou menosprezando as diferenças contextuais. A ciência moderna eurocentrada foi superiorizada ao ponto de ser considerada o único caminho racional para se chegar à verdade e à realidade.

Analiticamente, o dualismo ocidental entre o corpo e a mente serviu para deslocar o conhecimento das circunstâncias particulares onde é produzido. Tal dualismo foi amplamente difundido no mundo pelos processos de colonização moderna, impondo os conhecimentos das culturas brancas e ocidentais como universalmente válidos. Os povos não brancos foram considerados como incapazes de desenvolver abstrações legítimas e conhecimentos valorosos.

Genocídio e epistemicídio caminharam, e ainda caminham, juntos no exercício do poder colonial, racista e patriarcal. “A inferioridade epistêmica foi um argumento crucial, utilizado para proclamar uma inferioridade social biológica, abaixo da linha da humanidade” (GROSFOGUEL, 2016, p. 40). Ainda, os protagonismos históricos e os conhecimentos indígenas, negros, feministas e tantos outros aparecem em processos de resistência e insurgência.

Diante dessas concepções, este texto focaliza como o GT 21 da ANPEd enfrenta o

racismo epistêmico, considerando reflexões acerca da produção de formas de conhecer alternativas. Os trabalhos apresentados no GT 21 combatem o racismo pela produção de conhecimentos. Para os autores dos trabalhos analisados, os atos e as formas de conhecer precisam colaborar para a mudança social no âmbito das relações étnico-raciais em prol do combate às desigualdades nessa dimensão do real.

As investigações expostas no GT 21 da ANPEd apontam a necessidade de o conhecimento crítico ser promotor do diálogo para contribuir na superação do racismo, porque “[...] os problemas do ensino não podem ser tratados somente na perspectiva técnica e instrumental, ignorando sua construção historicamente configurada numa determinada trama social, cultural, política e escolar”. (PASSOS; RODRIGUES, 2015, p. 13). O conhecimento precisa colaborar com a análise contextual para alertar a respeito da necessidade de superação das desigualdades sociais permeadas pelo racismo.

Os processos de conhecer constituem-se também pelas lutas empreendidas pelos movimentos sociais na abertura de perspectivas e de novos espaços de enunciação epistêmica (OLIVEIRA, 2015). O conhecimento torna-se perspectivo, contextual, plural, heterogêneo e multirreferenciado. Há contribuições relevantes de diferentes sujeitos e grupos para enfrentar e combater o racismo epistêmico na academia, buscando outras formas de conhecer.

No GT 21 da ANPEd, pesquisadores que apresentaram trabalhos no período elencado buscam a valorização de outros referenciais culturais, de sujeitos e populações não brancas produtoras de conhecimentos. Nas trajetórias escolares e universitárias, ocorreu e ainda ocorre intensamente o “[...] silenciamento curricular sobre a organização, a luta e as contribuições do povo negro na formação da sociedade brasileira e na produção de conhecimento historicamente acumulado pela humanidade.” (SAMPAIO; FRANÇA, 2019, p. 1).

Para os trabalhos analisados, conhecimentos menosprezados pelo racismo epistêmico, precisam estar articulados nos currículos de escolas, faculdades e universidades. “As demandas por conhecimentos históricos, com fins de galgar outro lugar para os saberes africanos e afro-brasileiros é de fundamental importância para evitar a precarização das discussões acerca destas questões”. (MACHADO, 2015, p. 7). A hegemonia de percursos curriculares eurocêntricos promove o despreparo dos sujeitos e instituições para os debates sobre as relações étnico-raciais, porque invisibilizam protagonismos e conhecimentos negros e indígenas.

A perspectiva racista eurocêntrica desconsiderou a produção artística, literária e histórica africana, “[...] por julgar a literatura popular de tradição oral, em que essa produção se fundamenta, como um gênero ficcional inferior”. (ALMEIDA; SARAVALI, 2015, p. 8). Essa perspectiva dominante é nutrida pelo racismo, mas também o nutre com os fundamentos epistemológicos que posicionam as racionalidades eurocentradas como referências supostamente supremas. Os trabalhos analisados percebem a urgência de se implementar uma educação antirracista desde a mais tenra idade, por meio de processos educacionais reflexivos em termos étnico-raciais.

Apesar do padrão epistemológico eurocêntrico, permeado pelo racismo, Santos (2015) salienta que “[...] as ações e presenças afirmativas dos coletivos têm uma contribuição relevante de repensar as teorias e pedagogias socioeducativas dos Outros, como também para repensar as formas como têm sido entendidos os Outros [...]” (p. 17). As diferenças étnico-raciais podem reconfigurar modos de conhecer os outros, a nós mesmos e os contextos que nos constituem.

Conforme os trabalhos analisados, importa desnaturalizar a desigualdade racial pela

análise crítica dos processos que compuseram a sociedade do presente nas trajetórias formativas de estudantes. “Os processos de produção de conhecimentos na arena acadêmica compreendidos no contexto colonial perpassam pela ideia da história única quando silencia ou invisibiliza as compreensões dos povos não brancos.” (FERNANDES, 2017, p. 7). Isso tem impacto na reflexão e na contínua (des/re)construção do conhecimento sobre as relações socioculturais.

A produção acadêmica, tecnológica, científica e filosófica africana, asiática, latino-americana, caribenha, entre outras, é ainda bastante ignorada, menosprezada ou desconhecida pelas instituições educacionais do Brasil. No GT 21 da ANPEd, há a aposta no diálogo interepistêmico entre as instituições educacionais e as comunidades étnico-raciais para evitar a inferiorização de conhecimentos e sujeitos ligados à tais conhecimentos. Contudo, pesquisas também se mostram vigilantes à processos de extração e exploração do que convém das culturas negras e indígenas, os quais esquivam da luta política antirracista, relacionada às disputas e embates por espaços para a discussão e a tomada de decisões.

É preciso encarar e combater as manifestações de racismo, inclusive o epistêmico, para colaborar com a desconstrução e até destruição destas. Para Santos (2017), [...] temos de pensar quais conteúdos da cultura africana contribuiriam para a transformação da nossa realidade, cuja sociedade ainda é bastante afetada pelo mito da democracia racial [...]” (SANTOS, 2017, p. 5). A ideia de que vivemos uma democracia racial nega a existência do racismo, camuflando-o na ilusão da existência de uma igualdade racial.

O racismo epistêmico ainda marca presença em caracterizações dos povos africanos e indígenas como primitivos, inferiores, desprovidos de capacidade de abstração e sem valores civilizatórios. Para a superiorização da branquidão, favorecendo vantagens simbólicas e materiais e o acesso aos prestígios para os brancos, há um empenho na inferiorização das identificações culturais e epistêmicas não brancas.

As identidades brancas são alvos de investigações acadêmicas que analisam “[...] aspectos culturais, históricos e sociológicos da identidade branca e do processo de construção social do que foi nomeado *whiteness*, uma ideologia ligada ao status social branco.” (QUEIROZ; MIRANDA, 2017, p. 5-6).

O racismo epistêmico na educação brasileira situa o branco como poderoso sujeito de conhecimento. A branquidão não está imune ao questionamento que pode abalar o racismo epistêmico ao desnaturaliza-la e destrona-la como o padrão de referência para os estudos das humanidades. O reconhecimento das diferenças entre sujeitos e grupos e o combate às desigualdades estão entrelaçados com a reflexão epistemológica para a qual convoca a leitura dos textos do GT 21 da ANPEd.

Nas práticas culturais e religiosas afro-brasileiras e indígenas, é possível observar que os conhecimentos são aprendidos, propagados e incorporados. Isso contrasta com a separação eurocêntrica entre corpo e mente que nega as circunstâncias dos sujeitos entre relações e as condições de construção de conhecimento contextualizado e praticado. “As questões acerca dos saberes (epistemologias) perpassam necessariamente por um reconhecimento do corpo, na medida em que todo saber só é possível quando praticado, ou seja, incorporado” (RODRIGUES JÚNIOR, 2019, p. 5).

Apesar de ser bastante relevante tratar de temas relacionados à história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, também importa perceber que, muitas vezes, tais conteúdos “[...] não são capazes de alterar a lógica de organização e hierarquia dos conhecimentos” (GATINHO, 2017, p. 5). Submetida à exames que supostamente atestam a qualidade educacional, a instituição educativa é composta por uma arraigada cultura com forte

carga de racismo epistêmico. Isso leva a instituição educativa a selecionar os conteúdos “mais dignos” a serem trabalhados (cânones ocidentais, masculinos, europeizados e eurocêntricos).

Os trabalhos analisados do GT 21 da ANPEd, enfatizam que os conhecimentos acadêmicos não são neutros e imparciais, pois estão situados em um contexto e servem à um projeto educacional e de sociedade. O encontro da epistemologia com a política é frequente nos textos. Desejam “[...] a composição de novas zonas epistemológicas que indiquem racionalidades impronunciáveis devido à opressão de uma racionalidade hegemônica.” (MIRANDA; LOZANO, 2017, p. 6). Também, com esse encontro e desejo, mostram resistências e insurgências educacionais, outras possibilidades de inscrever o conhecimento articulado com as histórias e vivências étnico-raciais, femininas, masculinas e culturais. Assim, princípios explicativos acerca das realidades e das formas de interação podem ser questionados e recriados.

No período elencado, existem trabalhos do GT 21 convidando o leitor a perceber o encantamento dos conhecimentos incorporados e devidamente contextualizados, pois permeados pelas sensibilidades das vivências de relações étnico-culturais e educacionais, ainda sob efeito das desigualdades raciais e de gênero. Contrariam a dicotomia razão/emoção e sugerem cautelosas racionalizações sensíveis acerca do conhecimento (RODRIGUES JÚNIOR, 2019). Trazem as sensações captadas pelo corpo racializado para o debate político e epistemológico.

Os textos analisados propõem articulações possíveis entre os saberes reconhecidos e valorizados pela escola e os praticados e valorizados pelas comunidades negras e indígenas. “Ressalta-se a importância da institucionalidade do feminismo negro contemporâneo, em contribuir com seus aportes epistemológicos para o fortalecimento das organizações de mulheres negras” (MORAES, 2019, p. 5).

Os sentidos de vivências de conhecimentos compartilhados podem ser ressignificados nas relações estabelecidas. Trata-se de processos de conhecer vitais para a educação escolar e não escolar devido ao seu potencial democratizante das relações sociais. Nesse sentido, “[...] é fundamental a realização de pesquisas que primem pela elaboração de conhecimentos que possam contribuir para a composição curricular [...]” (COSTA, 2019, p. 2) nas instituições educacionais em prol da articulação entre saberes.

Territórios étnico-raciais podem ser reconhecidos na educação quilombola, na educação indígena, nas escolas públicas, periferias, comunidades urbanas e rurais, favelas e nas margens, contestando os centros territoriais e referenciais. As pesquisas analisadas concebem as escolas públicas periféricas como locais culturais e epistêmicos (SANTOS, 2019), percebendo sujeitos de conhecimentos. Se referem às pedagogias contextualizadas, voltadas às experiências com os ambientes comunitários, construtoras de identidades e conhecimentos (VALENTIM, 2019).

As práticas culturais e as epistemologias negras e indígenas permitiram as resistências e insurgências desses povos nas lutas pelas próprias existências, porém, ocorre a invisibilização desses atributos relacionada às suas inferiorizações. O racismo epistêmico está naturalizado e fortemente arraigado, mas é enfrentado e combatido por perspectivas da educação das relações étnico-raciais que estão sendo propagadas.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo Epistêmico. Educação Brasileira. ANPEd. GT 21.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elisângela Áreas Ferreira de; SARAVALI, Eliane Giachetto. **Construção de concepções étnico-raciais africanas em sala de aula**. 37ª Reunião Nacional da ANPED: Florianópolis, 2015, p. 1-18.

COSTA, Cândida Soares da. **Festa de santo em comunidades quilombolas: encontros possíveis entre conhecimentos da comunidade e da escola**. 39ª Reunião Nacional da ANPED: Niterói, 2019, p. 1-4.

GATINHO, Andrio Alves. **Práticas do Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana em escolas públicas do Acre**. 38ª Reunião Nacional da ANPED: São Luís, 2017, p. 1-16.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, nº. 1, p. 25-49, janeiro-abril 2016a.

HALL, Stuart. Significação, representação, ideologia: Althusser e os debates pós-estruturalistas. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG/UNESCO, 2003, p. 160-198.

MACHADO, Sandra Maria. **Cotidiano escolar/(re)trato social: curriculando as relações raciais**. 37ª Reunião Nacional da ANPED: Florianópolis, 2015, p. 1-12.

MIRANDA, Shirley Aparecida de; LOZANO, Susy Rocío Contento. **Quilombos e palenques: aproximações entre educação e tradução intercultural**. 38ª Reunião Nacional da ANPED: São Luís, 2017, p. 1-18.

MORAES, Eunice Lea de. **Mulheres negras: luta, resistência e libertação**. 39ª Reunião Nacional da ANPED: Niterói, 2019, p. 1-5.

PASSOS, Joana Célia dos; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **A política curricular para a educação das relações étnico-raciais e as ações afirmativas no ensino superior**. 37ª Reunião Nacional da ANPED: Florianópolis, 2015, p. 1-18.

QUEIROZ, Mônica Romitelli de; MIRANDA, Cláudia. **Contribuições dos estudos críticos da branquitude para o enfrentamento do racismo na educação superior**. 38ª Reunião Nacional da ANPED: São Luís, 2017, p. 1-16.

RODRIGUES JÚNIOR, Luiz Rufino. **Exu e a pedagogia das encruzilhadas: educação, antirracismo e decolonialidade**. 39ª Reunião Nacional da ANPED: Niterói, 2019, p. 1-6.

SAMPAIO, Michele de Oliveira; FRANÇA, Marileide Gonçalves. **Educação das relações étnico-raciais: o currículo na escola do/no território quilombola**. 39ª Reunião Nacional da ANPED: Niterói, 2019, p. 1-6.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. **Aportes de “La Philosophie Bantoue” e a sua relação com a concepção de axé das religiões brasileiras de matrizes africanas: questões para a educação das relações étnico-raciais**. 38ª Reunião Nacional da ANPED: São Luís, 2017, p. 1-17.

SANTOS, Patrícia Elaine Pereira dos. **Notas de um projeto a partir do debate racial na**

escola e o impacto para jovens estudantes. 39ª Reunião Nacional da ANPED: Niterói, 2019, p. 1-7.

SANTOS, Sérgio Pereira dos. **Os “intrusos” e os “outros” oxigenando a universidade:** por uma relação articulada entre raça e classe nas ações afirmativas. 37ª Reunião Nacional da ANPED: Florianópolis, 2015, p. 1-18.

SISS, Ahyas; OLIVEIRA, Iolanda de. **Trinta anos de ANPED, as pesquisas sobre a educação dos afro-brasileiros e o GT 21:** marcas de uma trajetória. 30ª reunião nacional da ANPED. Caxambu, 2007.

VALENTIM, Silvani dos Santos. **Quilombos urbanos, territórios étnico-raciais e educação.** 39ª Reunião Nacional da ANPED: Niterói, 2019, p. 1-7.